

*Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Pereira" or similar.*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 01/2014  
(Mandato 2013/17)**

**DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2014**

**CONTÉM 15 PÁGINAS**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2014 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2014 INICIADA ÀS 21,00 HORAS E CONCLUÍDA ÀS 01,40 HORAS.

Sumário

Páginas

<b>= ABERTURA = .....</b>	<b>3</b>
<b>= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA = .....</b>	<b>3</b>
<b>= ATA E EXPEDIENTE = .....</b>	<b>4</b>
<b>= VOTOS, MOÇÕES E INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES = .....</b>	<b>4</b>
<b>MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DO TRIBUNAL JUDICIAL DENOMINADA "SEM JUSTIÇA, NÃO HÁ LIBERDADE" .....</b>	<b>6</b>
<b>= ORDEM DO DIA = .....</b>	<b>10</b>
<b>= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO = .....</b>	<b>10</b>
<b>= ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL = .....</b>	<b>11</b>
<b>= REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E PPI= .....</b>	<b>13</b>
<b>= ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA = .....</b>	<b>13</b>
<b>= LISTAGENS COMPROMISSOS PLURIANUAIS = .....</b>	<b>14</b>
<b>= PROPOSTA DE INCENTIVOS AOS BOMBEIROS = .....</b>	<b>14</b>
<b>– INTERVENÇÃO DO PÚBLICO .....</b>	<b>15</b>
<b>= ENCERRAMENTO = .....</b>	<b>15</b>



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature*  
Pereira

### = ABERTURA =

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco e secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda, secretárias respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia catorze do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze. -----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), José Augusto Viana de Sousa; Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Luís André Varajão Alves (PPD/PSD); Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); Palmira Ribeiro da Costa (PS); André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD) Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PPD/PSD); David Jorge Pires Saraiva (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Manuel Fernando Pereira Mendes (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD). -----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos Vereadores Décio Brandão Guerreiro (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Helena Barbosa Ramos Fernandes (PPD/PSD) e Maria José Brito Lopes Moreira (PS). -----

----- Registou-se a falta de Manuel Fernando Pereira Mendes (PS), Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD) e de Helder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); que nos termos legais procederam à respetiva justificação. -----

### ----- Substituições: -----

----- Manuel Fernando Pereira Mendes (PS), Presidente da União de Freguesias de Fomariz e Ferreira, foi substituído por António Soares Gonçalves Pereira, Tesoureiro. -----

----- Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD), Presidente da União de Freguesias de Cossourado e Linhares, foi substituído por Laurentino Manuel Pereira Alves, Secretário. -----

### = PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

----- Submetido à votação, foi autorizado, por unanimidade, incluir, na ordem de trabalhos, a proposta de Incentivos aos bombeiros, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 25-02-2014, nos termos do nº 2, do artigo 50º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ficando a designar-se de ponto nº 6. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = ATA E EXPEDIENTE =

-----Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

-----A ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada da sua leitura, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

-----Foi distribuída lista do expediente.-----

### = VOTOS, MOÇÕES E INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES =

-----Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.-----

-----A representante do Conselho Municipal de Educação e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Perfeita Araújo Esteves, prestou informações sobre as atividades desenvolvidas, designadamente:-----

-----**Conselho Municipal de Educação:** Que representou o Presidente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação, reunido a 29-01-2014, onde foi apresentada a análise dos resultados dos exames do 1º, 2º e 3º ciclo; a listagem atualizada das turmas, a matriz curricular do 1º, 2º e 3º ciclo e secundário, as atividades de enriquecimento curricular e respetiva carga horária, número de alunos com necessidades educativas especiais em 2013/2014, as retenções no ano letivo 2012/2014 e número de alunos sendo: jardim-de-infância da Vila e Mozelos: 79; do 1º ao 12º ano, inclusive: 787 e EPRAMI: 151.-----

-----Falaram ainda na necessidade de resolver o problema dos acessos, na insuficiência de passadeiras e na velocidade a que passam os veículos na EB23+S. Uma vez que as obras do parque escolar estão suspensas, tendo sido pedido à Câmara Municipal para intervir, por não serem necessárias obras de milhões mas sim uma escola onde não chova e haja algum conforto.-----

-----**Comissão de Proteção de Crianças e Jovens:** Relativamente à representação na CPCJ, informou que no passado dia 17-02-2014, a Comissão alargada elegeu Palmira Costa, para representante da Assembleia Municipal na comissão restrita.-----

-----Deu conhecimento dos trinta e dois processos que transitaram do ano de 2013 e de que, em 2014, até 17-02-2014, foram instaurados seis novos processos, perfazendo trinta e oito. Destes, cinco foram arquivados – dois por atingirem a maioridade e três por passarem a residir fora do território nacional. Estão, então nesse momento, trinta e três processos ativos, que correspondem a vinte e duas famílias.-----

-----Foi ainda apresentado o plano de atividades para 2014.-----

### IMPLANTAÇÃO DE LINHA DE MUITO ALTA TENSÃO DE TRAÇADO TERRESTRE

-----**Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista,** foi apresentada uma moção, a recusar implantação de linha de muito alta tensão, de traçado terrestre, nas imediações das populações e cujo estudo de impacto ambiental prevê a passagem através de oito dos dez concelhos do distrito de Viana do Castelo, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

-----**Manuel Miranda:** Apresentou a moção mostrando a preocupação não só dos courenses, mas dos alto minhotos, transmitindo tratar-se de um assunto bastante debatido nos concelhos onde se prevê a sua passagem, por representar um grave risco para a saúde.-----

-----Informou que a Câmara foi chamada a pronunciar-se e terá salvaguardado os interesses da população de Coura, nomeadamente, apresentando um traçado que causa menos danos.-----



*Handwritten signature: Putz...*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Presidente da Câmara:** Em relação a este assunto, disse que foi constituído um grupo de trabalho pluridisciplinar na CIM, com a presença do Vereador Tiago Cunha, por seu impedimento e que o manteve informado da situação. No dia 13 de fevereiro, termo do prazo da discussão pública, que acabou por ser prorrogado, a Câmara de Paredes de Coura já tinha dado o seu parecer. Assim, para além da presente proposta em discussão, há ainda o parecer da Câmara Municipal.-----

----- Informou haver duas alternativas de traçado: o "Oeste", mais penalizador para Paredes de Coura, mais caro do ponto de vista ambiental, mais inviável e que apresenta muitos aspetos negativos e o "Este", avaliado pelo grupo pluridisciplinar, como o que melhor preserva os interesses das populações de Paredes de Coura, mesmo no aspeto ambiental e paisagístico, uma vez que passa ao lado e quase sem entrar nos limites do concelho. Com base nesse estudo foi feito o parecer.-----

----- Entende que a presente moção faz todo o sentido, por entender que as Assembleias Municipais devem manifestar uma posição de rejeição à passagem da linha de muito alta tensão.-----

----- Informou que os oito concelhos do Alto Minho estão a defender de forma bastante assertiva os seus interesses até porque há alternativa, a via marítima, que do ponto de vista ambiental pode trazer menor impacto.

----- Considerou que via marítima se calhar é uma utopia ou é um desejo mais difícil de alcançar no entanto os políticos são eleitos para defender o que é melhor para as populações e é isso que têm feito, disse.-----

----- **José Augusto Sousa:** Questionou o parecer emitido, uma vez que as posições da Câmara têm de ser tomadas em reunião do Executivo e não se lembra de o ver registado em nenhuma ata. No entanto, disse que foi tomada uma posição que respeita e a regista positivamente, recomendando à bancada do PSD, o voto favorável. -

----- **António Esteves, Presidente da União de Freguesias de Bico e Cristelo:** Disse que os presidentes de junta foram convidados para reunião na CIM, em Monção, onde esteve presente Monção, Melgaço e Ponte de Lima, que se representaram em massa, para discussão deste assunto e lamenta não ter visto mais membros desta Assembleia Municipal presentes. Disse ter intervindo na reunião por estar preocupado com o que se está a passar no Alto Minho, região cada vez mais prejudicada com as tomadas de posição do poder central. Disse que a Assembleia deve estar unida neste assunto, juntamente com a Câmara, para dizerem que não admitem tomadas de posição sem os consultar. Acredita que é facto consumado e pelas declarações dos técnicos presentes pareceu trazerem 'o melhor do mundo' para o Alto Minho, mas quando confrontados com situações concretas, de passagem da linha de muito alta tensão sobre um hotel em Ponte de Lima entre outras, não tiveram palavras para as justificar. Por isto tudo, entende que se deve tomar posição.-----

----- **Rosalina Martins:** Na sequência da intervenção anterior, sublinhou a necessidade de empenhamento, presença e motivação para discutir estes assuntos e mostrar indignação pelo que está acontecer na nossa vida democrática.-----

----- **Manuel Miranda:** Disse reconhecer a sua falha e que foi força de expressão ao referir posição da Câmara.

----- **José Augusto Sousa:** Advertiu ser uma questão de representatividade e respeito pela representatividade.

----- **Vereador Décio Guerreiro** (depois de autorizado a falar pelo Presidente da Câmara): Disse não ter faltado a nenhuma reunião já que não foi convidado. Concorde que a linha não deve passar por cima das populações, mas, acredita que irá passar sobre os concelhos situados no limite com Espanha e com a freguesia de Anhões, já que a REN é proprietária de um corredor entre Anhões e Braga e vai aproveitá-lo. Foi construído para dar escoamento à produção de energia eólica e servirá para trazer energia para as indústrias e levar o que se produzir. Disse que autoestrada de energia faz falta, vai ter de passar por algum lado e acredita que escolham o corredor dos Anhões. Disse ser utópica a linha pelo mar e a primeira vez que ouviu falar dela. Por último, disse



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que as linhas serão sempre aéreas, mas entende que não devem passar pelas povoações, não pelos males que possam causar, mas pelo impacto visual.-----

-----**Vereador Tiago Cunha:** Disse que nunca se coloca em questão a competência do Presidente da Câmara para representar o Município por essa ser uma das suas competências. O que está em causa é a possibilidade de se pronunciarem sobre uma questão da máxima importância para o Município através de um trabalho elaborado por técnicos e não a assinatura de um documento.-----

-----**José Augusto Sousa:** Disse que esta questão já estava encerrada. A situação era apenas de esclarecer se os pareceres técnicos de representatividade do Município deviam ou não ser levados à Câmara Municipal.-----

-----**Submetida à votação, a proposta de implantação de linha de muito alta tensão de traçado terrestre foi aprovada, por unanimidade, e subscrita por todos os membros da Assembleia Municipal.**-----

-----**Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata,** foi apresentado um voto de congratulação e louvor à investigadora Doutora Angelina Sá Palma, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.

-----**Submetido à votação, o presente voto de congratulação e louvor foi aprovado, por unanimidade.**

-----**Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista,** foi apresentado um voto de louvor ao jornal 'União de Coura', pela celebração no passado mês de Janeiro dos cinquenta anos, que se anexa à presente ata, como seu documento e dela faz parte integrante.-----

-----**Submetido à votação, o presente voto de congratulação e louvor, foi aprovado por unanimidade.**-----

-----**José Augusto Sousa** felicitou a apresentação da moção e recomendou à Câmara Municipal a renovação de atribuição de medalhas ao nível de mérito.-----

### **MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DO TRIBUNAL JUDICIAL DENOMINADA "SEM JUSTIÇA, NÃO HÁ LIBERDADE"**

-----**Presidente da Assembleia:** Considerando que a Assembleia não pode ficar indiferente a este assunto, informou que a Mesa elaborou a moção de título em epígrafe que gostava que fosse aprovada com o contributo de todos.-----

-----**António Esteves, Presidente da União de Freguesias de Bico e Cristelo:** Enalteceu e felicitou a moção considerando que no próximo 25 de Abril fará 40 anos da grande revolução, revolução que sentiu, por à época estar a cumprir o dever militar obrigatório e considerou que se de facto hoje sem justiça não há liberdade há 40 anos diria que sem liberdade não haveria justiça, como não houve, disse.-----

-----Que tinham de se unir para dizer ao poder central que em Paredes de Coura ainda há gente. Gente nobre, gente ilustre, gente que tem dado, não só ao concelho, mas sim ao País. Que tinham de continuar a dizer ao País que o Concelho de Paredes de Coura continua firme da sua gente, de gente de garra que não se deixa dominar seja por quem for.-----

-----**José Augusto Sousa:** Congratulou-se e evidenciou o voto de parabéns de António Esteves à mesa e enalteceu o facto de, ao contrário da moção apresentada pela Câmara Municipal, esta ser uma moção que subscrive e que recomenda a votação favorável.-----

-----Salientou também que não tinha qualquer tipo de dúvida que se estivessem perante um Governo do Partido Socialista a posição seria a mesma. Pois não foi diferente quanto à redução drástica do tempo de abertura do SAP e nessa altura, disse, não viu o Partido Socialista tão empenhado como agora na defesa dos interesses de Paredes de Coura.-----

-----Disse que são eleitos para defender os interesses de Paredes de Coura e não concebe estar em Coura a fazer política de outra forma. Lamentou que todos os que hoje estão nesta sessão, em representação dos diversos

MANDATO DE 2013 A 2017



*Handwritten signature: Rufraes*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

partidos, não estivessem na manifestação que fizeram para manter o Tribunal e que estaria também na defesa da manutenção do SAP. Disse ainda que sabia qual escolher se lhe dessem a opção de manter o SAP ou o Tribunal.

----- **João Paulo Alves:** Disse apoiar a moção e concordar com as palavras de António Esteves. Que as posições mostradas ao poder central são muito ténues, porque eles continuam a fazer aquilo que muito bem entendem. Questionou ainda António Esteves, que considerou político com bastante experiência, o que se pode fazer para que situações destas, não voltem a acontecer em Paredes de Coura.-----

----- **Rosalina Martins:** Relativamente à posição de José Augusto Sousa, que disse preferir a moção da mesa da Assembleia em detrimento da moção da Câmara, destacou que são órgãos com competências distintas, sendo que a proposta da Câmara Municipal é expositiva e exaustiva e completa-se com a posição da Assembleia.-----

----- Ressaltou a comparação do Tribunal com o SAP que são situações diferentes e discorda que o Partido Socialista agisse da mesma forma, na atual situação da Saúde, em matéria de cortes.-----

----- Falou ser recorrente do PSD afirmar que está para a defesa dos interesses do povo de Coura e demarcar-se das políticas do seu partido, frisando o dever de solidariedade para com as linhas políticas do seu partido, já que um partido se apresenta às eleições com um ideário e um conjunto prático de estratégias. Se está nos órgãos distritais do PSD, significa que está na convicção das políticas que estão a ser implementadas.-----

----- Que assuma que o encerramento do Tribunal foi uma decisão política e foi o PSD que o encerrou.-----

----- **José Augusto Sousa:** Concluiu que Rosalina Martins reconheceu que quando o Governo do PS fechou o SAP, ela concordou, agora que o PSD fecha o Tribunal ela acha que é mau. Discordou dessa posição por entender sempre a defesa de Paredes de Coura, independentemente de um Governo PS ou PSD. Que aquando da sua integração nos órgãos nacionais, logo na primeira reunião, reclamou da decisão de encerramento do Tribunal e exigiu que a comissão distrital verificasse o assunto.-----

----- Disse ainda querer salvaguardar que o memorando do PS previa o encerramento de quarenta e nove tribunais e que a decisão do governo do PSD foi a de encerrar menos de metade.-----

----- Relativamente à moção apresentada pela mesa, disse que o PSD está inteiramente de acordo e contra a posição do Governo, ao contrário da moção da Câmara, pelas apreciações que tem, não pela questão factual. Só a votaria favoravelmente desde que alterada.-----

----- Por fim, disse que a presente moção deveria ser aprovada por unanimidade.-----

----- **João Paulo Alves:** Apresentou dados estatísticos, considerando que a Lei nº 62/2013, de 23 de Agosto, que aprova a organização do sistema judiciário, enquadra as premissas para a reforma do sistema judicial. Assim, os critérios definem que tribunais com um volume processual inferior a 250 processos estão condenados à extinção. Analisando a comarca de Paredes de Coura, concluiu-se que no triénio de 2008/2010 havia 244 processos. A este número tinha de se subtrair os processos relacionados com trabalho, instrução criminal, grande instância civil e grande instância criminal, o que resultava em 223 processos. Mediante estes resultados a Direção Geral da Administração da Justiça propôs a extinção do Tribunal de Paredes de Coura. Neste números incluíam-se muitos tribunais, entre eles o de Melgaço.-----

----- No entanto, a Autarquia em vez de analisar o triénio em questão analisou o triénio 2010/2012, mais favorável, facto que aprova, já com um volume de duzentos e sessenta e dois processos, portanto, acima do patamar dos 250, a retirar todos os outros.-----

----- A autarquia, com este argumento e o da distância a percorrer, pediu a revisão do processo, junto da Ministra da Justiça, que, face aos novos dados, fez a promessa convincente de não encerrar o Tribunal de Paredes de Coura.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Embora concordando com o esforço feito, que enalteceu, entende que apesar da sua pouca experiência política, tinha muita dificuldade em acreditar numa política que não fosse a sua cor política. -----

----- Referiu que Melgaço teve 251 processos no triénio de 2008/2010; de acordo com os censos de 2011 perdem 8% da população por ano e Coura perde 3%. Com estes dados questiona o fundamento da decisão e o tratamento diferenciado entre os dois concelhos, o que considera violação na igualdade e equidade. -----

----- Questiona da necessidade de pessoas com peso político, para defender o concelho. -----

----- Disse que, como forma de demonstrar a sua indignação, não votaria nas próximas eleições europeias, apelando a que apoiassem a sua posição. -----

----- **Presidente da Câmara:** Agradeceu o esforço de João Paulo Alves. Disse que, apesar de a sua informação ser sincrética e vaga, revela um grande esforço, não tendo mesmo, assim, respostas concretas a dar. Que muitos dados que referiu são imprecisos, caso do número de processos e da distância em termos de quilómetros, quando se referiu a Melgaço. -----

----- Lembrou que os critérios utilizados pelo Governo são estes: pendência processual; população; decréscimo demográfico nos últimos 10 anos; existência ou não de instalações próprias; acessibilidades e geografia. Mas que de nada serve enunciar estes critérios, pois o Governo utiliza-os do modo como bem entende, dando exemplo, de haver vinte e um tribunais com uma pendência processual menor do que Paredes de Coura que não aparecem na lista de encerramento. Mais: há um Tribunal do PSD que vai ter um volume expectável de 106 processos após a reforma, tem metade da população de Coura e teve um decréscimo de 15% da população ao longo de 10 anos. Que em todo este processo realça a atitude do Vereador Décio Guerreiro, que defendeu Coura de forma intransigente e disse "se é para defender o Tribunal escrevam o que quiserem", pois Paredes de Coura está acima dos interesses partidários. -----

----- Relativamente ao 'peso político', questionou que se são tão pequeninos como tiveram acesso a um diploma do Governo? De seguida, mencionou as diversas fases de diálogo com o governo, das conversas havidas e da certeza de que tudo estava para que o tribunal não encerrasse, não se compreende como é que um documento, que sai do gabinete da Ministra e passa pela avaliação técnica e pelo aval político do Secretário de Estado, chumba no Conselho de Ministros. Que é isto que se torna necessário explicar, dado que este é o cerne da questão, não é uma questão de pequenez política, mas pode ser de política maquiavélica. Que a ministra tem de dizer o seguinte: "fechamos o Tribunal de Paredes de Coura por razões políticas". Agora, que não fizeram nada? No mesmo dia em que anunciaram o fecho do Tribunal falaram com o Secretário Nacional do PS. Na última quarta-feira, foi ao Porto a uma reunião com o Secretário-geral do PS, Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas, e ainda disse: "se voltarmos a ter Governo PS, Coura volta a ter Tribunal". Que coloca os interesses de Coura acima dos interesses partidários. Que ainda há formas de luta e que serão utilizadas. -----

----- **Rosalina Martins:** Disse que o Art.º 202º da Constituição diz que os tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo. Que depois da explicação do Presidente da Câmara todos ficaram mais esclarecidos. Foi factual e deu uma perspetiva de sequência dos acontecimentos. Disse gostar de relembrar que a Assembleia Municipal é um órgão político e como tal há determinados aspetos e pensamentos que não podem ficar sem um comentário, começando pelo porta-voz do PCP, João Paulo, que se desviou, porque o debate deve estar centrado na essência. Quando se tenta defender os nossos direitos, atirando para a frente com os outros, não parece a melhor forma de fazer política. Disse que João Paulo tentou jogar Melgaço contra Coura e vice-versa, fazendo-o de uma forma direta. Esclareceu que Rui Solheiro já não é Presidente da Câmara e





*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

portanto a questão do encerramento do Tribunal aconteceu posteriormente. Mas no Partido Socialista são todos solidários e costumam defender conjuntamente as suas posições por muito que isso custe. Voltando à questão de que "caso o PS volte a ser Governo a questão das freguesias vai voltar a ser discutida e vão ser as freguesias a dizer se preferem a atual situação ou a outra". Disse ficar muito mal quando se pertence a um partido político e não há solidariedade institucional. No partido socialista, os membros da Assembleia que aqui estão são solidários com a Câmara Municipal. Estão em defesa de um projeto político e é importante que tenham uma estratégia e um plano. -----

----- **José Augusto Sousa:** Disse ficar na dúvida se a intervenção do Presidente da Câmara lhe era dirigida ou à Assembleia Municipal, porque fez referências pessoais. Disse já serem três a defender intransigentemente os interesses de Paredes de Coura e desalinhados com a porta-voz do PS, Rosalina Martins, que defende mais o interesse do partido. Que gostava de ver assumido pelos representantes do Partido Socialista para saber o que fazem perante a hipótese de o PS ganhar as eleições e, ao fim de seis meses, não tiver concretizado tudo aquilo que dizem que vão conseguir. Incentivou que assumam que se demitem se ao fim de seis meses o PS não tiver o Tribunal reaberto. Julgou a política portuguesa um paradoxo, quando um partido que governou tão bem Portugal, chamou a *troika*, comprometeu-se com uma quantidade de reformas e políticas e depois perdeu as eleições. Agora qualquer decisão que o Governo toma para cumprir o memorando que o PS assinou e qualquer das medidas que tome, que o PS se comprometeu a tomar, o PS do António José Seguro que é diferente do PS de Sócrates, não é o partido Socialista. Que qualquer medida que se tome que consta do memorando, o líder do PS vem dizer que vai fazer tudo ao contrário. -----

----- Disse ainda não concordar com a proposta apresentada pela Câmara Municipal, por achar que é estrategicamente errado pedir ao Presidente da República que mude a decisão. -----

----- Quanto à argumentação do que aqui está a ser discutido, que está de acordo, tendo a moção da Assembleia Municipal toda a relevância, pelo que a votará favoravelmente. -----

----- **João Paulo Alves:** Disse que os dados que enunciou estão corretos porque tentou provar de forma inequívoca, que a decisão tomada foi política. -----

----- **Presidente da Câmara:** Disse assumir o que tinha dito, que não concorda com o prazo de seis meses e que na política não basta falar com o partido. Que as pessoas com quem falou foram António José Seguro, Miguel Laranjeira, Secretário-geral; José Luís Carneiro, Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas. Que reafirma o que disse da promessa que lhe foi feita de que se António José Seguro e o grupo que acompanhou vierem a ser governo, Paredes de Coura volta a ter Tribunal. Se eles não cumprirem com a palavra, cabe-lhes tomar uma atitude grave e depois avaliem-na se é uma panaceia, marketing político ou uma medida séria. Que não disse o que ia fazer perante estes membros, se lhe faltarem à palavra, e primeiro está Paredes de Coura, pelo menos tomará uma medida grave. -----

----- Em relação ao que disse João Paulo, referiu que o jogo político também se faz de alguma acidez. Que pede desculpa pela forma veemente e às vezes empolada como fala, não é para intimidar mas é a forma como fala. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **José Augusto Sousa:** Disse entender que a forma de falar alto é defeito de professor. Disse estar disponível e lança novamente o repto que já foi lançado anteriormente de se demitir e provocar eleições antecipadas.-----

----- **Presidente da Câmara:** Disse que é uma atitude séria e que não a censura. -----

----- **Submetida à votação a proposta contra o encerramento do Tribunal Judicial denominada “Sem Justiça, não há liberdade” foi aprovada, por unanimidade.**-----

----- **Ponto n.º 3 – Interpeleções ao Presidente da Câmara Municipal.**-----

----- Neste período não houve interpeleções.-----

**= ORDEM DO DIA =**

### **= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =**

----- **Ponto n.º 1 – Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Presidente da Câmara:** Fez uma retificação ao mapa resumo da execução da receita e despesa, por falta da verba “outros devedores e credores” no valor de € 862 918,27, relativa a encargos futuros.-----

----- **José Augusto Sousa:** Realçou a atividade da Câmara Municipal relativamente às obras de acesso à zona industrial e à beneficiação do pavilhão gimnodesportivo, mas recomendou a requalificação de algumas vias municipais, que se encontram em mau estado: Ferreira/Venade; Mantelães/Rubiães; Mozelos/Pena, cujo empate financeiro será relativamente reduzido. Se há alguma margem financeira, considerou não ser estrategicamente aconselhável a redução drástica do endividamento, dando prioridade à melhoria da vida da população.-----

----- Lembrou a necessidade de arranjo do jardim do Tribunal, de algumas pinturas no património municipal e da beneficiação da escola secundária, alertando para a possibilidade de candidatura a fundos.-----

----- Falou da retirada da floresta do concelho, de trezentas mil toneladas de eucaliptos e questionou do que se fez para salvaguardar a reposição no desgaste dos pisos provocados pelos camiões-----

----- Por fim fez referência ao atraso no pagamento dos vencimentos aos funcionários do Município, facto de considerou de lamentar, bem como, as consequências disso, designadamente os compromissos bancários, devendo compensar os funcionários das comissões cobradas pelos bancos, nos pagamentos em atrasos.-----

----- **António Esteves, Presidente da União de Freguesias de Bico e Cristelo:** Solicitou informação sobre a nomeação da comissão diretiva da Paisagem Protegida do Corno de Bico, considerando o novo quadro comunitário de apoio e a possibilidade de haver meios e fundos comunitários para as paisagens protegidas.-----

----- **Rosalina Martins:** Enalteceu a situação de apoio aos idosos e aos seis idosos isolados do concelho, considerado o menor número identificado no distrito.-----

----- Evidenciou ainda a presença de Valter Hugo Mãe, na biblioteca municipal, em 18 de fevereiro, e o seu artigo publicado no jornal “Público”, com o título de “Paredes de Coura”.-----

----- **Presidente da Câmara:** Solicitou a José Augusto Sousa a indicação dos casos de garantias bancárias devolvidas, por não ter conhecimento de nenhuma.-----

MANDATO DE 2013 A 2017



*Handwritten signature: Ribeiro*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente às obras enumeradas, informou constarem do Orçamento para o corrente ano e que serão executadas, lembrando que estão ainda contempladas a estrada de Tozende, da estrada de Meca, de Mozelos, além de outras, chamando a atenção para a leitura dos documentos.-----

----- Quanto aos jardins, disse já estar a ser feito algum esforço no sentido de os arranjar e que irão continuar. --

----- Relativamente à escola secundária, considerou a observação muito pertinente, mas informou que na presente semana defendeu, em reunião com o Dr. Emídio Gomes, Presidente da CCRDN e Manuel Castro Almeida, Secretário de Estado, a necessidade de uma intervenção. Foi-lhe solicitado o envio de fotografias, tendo em mente um relatório para a União Europeia, para que o próximo Quadro Comunitário contemple as infraestruturas escolares, pedido igualmente feito ao Presidente Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez, cuja escola se encontra também em situação degradada.-----

----- Quanto ao pagamento dos vencimentos aos funcionários, assumiu a responsabilidade e a consciência dos incumprimentos que pode acarretar aos mesmos, informando que a origem do atraso deveu-se às novas regras de pagamento, através do IBAN, obrigando à adaptação do sistema.-----

----- Informou ainda estar inteirado da retirada da floresta, nos Arcos de Valdevez e da degradação do piso das estradas no concelho, situação que não ficará impune e que mais tarde dará a informação das medidas a tomar. --

----- Na questão do edifício do Tribunal disse que a manutenção iria manter-se, dado que funcionam lá serviços muito úteis à população.-----

----- **Vereador Tiago Cunha:** Informou que no edifício do Tribunal foram feitas intervenções no telhado para impedir infiltrações, de acordo com pedido efetuado e a intervenção no jardim está agendada para o início da primavera.-----

----- Informou ainda que a nomeação da comissão diretiva da PPCB tinha sido feita e que estava dependente de despacho do Governo para publicação no Diário da República.-----

----- **José Augusto Sousa:** Referiu, quanto às garantias bancárias, que questionou, apenas, sem quaisquer outras interpretações.-----

----- Em relação à questão do NIB e do IBAN, disse que ao IBAN, apenas é acrescido "PT50" o resto é tudo igual. Disse ainda que a Câmara Municipal deverá averiguar as situações que comprovadamente se devem ao atraso e encontrar uma forma de compensar esses funcionários.-----

----- Por fim disse que as suas intervenções sejam entendidas como sugestões e não campanha eleitoral e que a oposição também é fundamental na melhoria e na execução dos trabalhos, sendo esse o compromisso do PSD.

### = ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL =

----- **Ponto n.º 2 - Apreciação discussão e votação de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal,** elaborado pelo grupo de trabalho, constituído por Rosalina Martins (PSD), José Augusto Sousa (PSD) e João Paulo Alves (PCP).-----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** Apresentou a proposta consensualizada à exceção do ponto n.º 3 do Art.º 19º, que diz "*Os vereadores devem assistir às sessões da AM, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com anuência do presidente da câmara municipal ou do seu substituto legal*", apresentada pela mesa e subscrita pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista Português, lembrando ser a lei geral, que tem funcionado e que os Vereadores nunca deixaram de intervir.-----

----- Informou ainda que o Art.º 29, que foi acrescentado, é totalmente novo.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A redação do mesmo ponto subscrita pelo PSD tem o seguinte teor: "*Os vereadores devem assistir às sessões da AM, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação de elementos da AM, por um período máximo de três minutos, e ainda do plenário*". -----

----- Foi autorizado, por unanimidade, continuar os trabalhos depois das 00,00 horas -----

----- **José Augusto Sousa:** Considerou o pedido de autorização por parte dos vereadores, para intervir, de subalteridade, o que não faz sentido nenhum num regime democrático, além de que o concelho ganhava com a discussão. Solicitou que a sua proposta fosse escrutinada por voto secreto. -----

----- **João Paulo Alves:** Concordeu a posição de José Augusto Sousa de que os vereadores da oposição tenham esse direito, de que sempre falaram e de que as suas opiniões são relevantes. No entanto, lembrou que se não concorda com a Lei, sendo membro da Distrital poderá sempre propor a sua alteração. -----

----- **Rosalina Martins:** Referiu que a democracia é participação, voto, consenso, conflito, reconhecendo por isso a ampla discussão, mas, reconhece também a legitimidade democrática do Presidente da Assembleia Municipal em seguir a lei, princípio que não irá contrariar. Disse que o Partido Socialista votará a favor a posição da mesa. -----

----- **Décio Guerrelro:** Disse que os Vereadores do PSD não participaram na alteração do Regimento e manifestou o seu descontentamento de que o regimento seja uma transposição da lei, não havendo, para isso, necessidade de nomearem uma comissão. Que os Regimentos serviam para a adaptação da lei, desde que não contrariem. Solicitou que não os sujeitassem a esta discussão e que as posições fossem escolhidas por voto secreto. -----

----- **Presidente da Câmara:** Relativamente à discussão disse parecer quererem prescindir de si, apesar de ser magnânimo e nunca ter recusado a palavra, quando a solicitaram. -----

----- Que o regimento é um conjunto de regras para disciplinar o funcionamento da Assembleia e organizar as intervenções e o que está em causa uma questão de formalismo e não de substância e a Assembleia será sempre um espaço de liberdade. -----

----- **João Paulo Alves:** Disse ultrapassar sempre o seu tempo de intervenção e concorda que a lei deva ser alterada, mas por quem de direito. -----

----- **José Augusto Sousa:** Referiu que a proposta apresentada não é contra a Lei, que enquadra as situações definidas pela Lei, alargando os direitos de forma que disse quase constitucional e entende que a Assembleia Municipal ganha com a participação. Apelou ao voto secreto. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal:** Referiu que o Regimento é competência da mesa e esta entende que não deve ultrapassar a lei geral, sempre assim tem sido e os vereadores sempre intervieram. -----

----- Relativamente ao escrutínio secreto, utiliza-se sempre que estejam em causa juízos de valor sobre pessoas. A mesa entende que nesta votação não estão em causa juízos de valor sobre pessoas pelo que vai manter a votação de braço no ar, a não ser que a Assembleia entenda que os direitos em causa serão melhor defendidos com recurso ao voto secreto. -----

----- O recurso ao voto secreto foi submetido à votação e o plenário rejeitou com 18 votos contra do Partido Socialista. -----

----- A sessão foi suspensa por cinco minutos. -----

----- De regresso à sala e submetida à votação, a proposta de Regimento da Assembleia Municipal foi aprovada, por unanimidade, na generalidade. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature and initials.*

----- A proposta na especialidade apresentada pela Mesa, relativa ao artigo 19º - "participação dos membros da Câmara na Assembleia Municipal" -, foi aprovada com 19 votos a favor, sendo 18 do Partido Socialista e 01 do PCP, que apresentou declaração de voto, e 13 votos contra, sendo 12 votos do PSD (Luís André Alves; Elisabete Gama; Dinis Pereira; Rosa Ribas; André Rodrigues; Manuel Rodrigues; Celso Barbosa; António José Pinto Fernandes; António José de Sousa Alves; David Saraiva; Fernando Fernandes, Laurentino Alves) e 01 (Cláudia Soares) do PCP. -----

----- João Paulo Alves disse votar favoravelmente por entender que a situação está contemplada na lei. -----

### = REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA E PPI=

Ponto n.º 3 – Apreciação, discussão e votação da 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos. -----

----- Presidente da Câmara: esclareceu que a revisão se prende com o reforço da verba da empreitada de acesso à Zona Industrial de Formariz, obra antiga, já sem previsão de ser concretizada, mas que, com a aproximação do final do quadro comunitário já está aprovada; -----

----- Para a alteração da candidatura do Pavilhão Gimnodesportivo, pela possibilidade de candidatura ligada aos Equipamentos Desportivos, e também para reforço da empreitada do balcão único, de vinte e cinco para quarenta mil euros. -----

----- Este ponto, depois de submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade.-----

### = ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGEUESIA =

Ponto n.º 4 – Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução com as Juntas de Freguesia. -----

----- Presidente da Câmara: expôs o presente assunto, de acordo com a documentação distribuída explicando que no quadro estão elencadas as verbas e respetivas situações. -----

----- Esclareceu que o valor fixo é para custos das competências delegadas: contabilidade, telecomunicações, as deslocações e não, como já esteve ligado, a despesas das respetivas sedes, o que iria causar injustiças.-----

----- Sublinhou haver freguesias que em relação às últimas transferências acabam por sofrer cortes, mas que isso se prende com os critérios definidos, de área, população e quilómetros de rede viária.-----

----- José Augusto Sousa: Demonstrou concordância com a proposta, mas considerou haver descriminação negativa com as uniões de freguesias, por entender que para estas o valor fixo deveria ser duplicado, por só assim respeitarem o compromisso de as considerar freguesias autónomas -----

----- Fez ainda um reparo ao coeficiente mais baixo, atribuído à população, fundamentando o argumento de que "o que conta são as pessoas".-----

----- António Esteves, Presidente da União de Freguesias de Bico e Cristelo: Manifestou agrado pela distribuição de verbas, na medida em que é a junta de freguesia que está mais perto da população. Enquanto Presidente da União de Freguesias concorda plenamente com a posição de José Augusto Sousa, mas entende que há critérios estabelecidos. Por fim solicitou o pagamento trimestralmente, atento às necessidades das freguesias e que as populações cada vez exigem mais, sendo de facto, as verbas muito bem-vindas.-----

----- Presidente da Câmara: Corroborou as afirmações de António Esteves acerca dos critérios dizendo que se não fossem estes seriam outros e criariam as mesmas dúvidas e as mesmas questões pertinentes. Entende não haver grandes disparidades, que foi criado um quadro ético e qualquer equação que se fizesse haveria sempre desigualdade. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Submetida à votação a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução com as Juntas de Freguesia, foi aprovada por unanimidade, sendo também aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

----- José Augusto Sousa declarou votar a favor mas com críticas à discriminação negativa das uniões de freguesias e ao coeficiente mais baixo relativo ao número de população. -----

### = LISTAGENS COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

----- Ponto n.º 5 – Tomar conhecimento das listagens de compromissos plurianuais assumidos até 31-12-2013, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 21/12/2012, e até 14-02-2013, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 27/12/2013, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

----- Dinís Pereira: Questionou o valor elevado do projeto "Mundo ao Contrário", comparativamente a outros. ----

----- Presidente da Câmara: Justificou que depende do objetivo e do tempo de duração do mesmo. Explicou tratar-se de um festival para crianças, que envolve diversas atividades ao longo de vários dias desses dias, para ocupar os alunos de forma lúdica e pedagógica. -----

----- Informou ainda que a atividade é comparticipada por candidatura na ordem dos oitenta e cinco por cento. --- -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

### = PROPOSTA DE INCENTIVOS AOS BOMBEIROS =

Ponto n.º 6 – Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de um pacote de Incentivos, designadamente, isenções e reduções nas taxas e tarifas cobradas pela Câmara nos serviços que presta, aos bombeiros voluntários ao serviço da corporação dos BVPC que reúnam as condições de antiguidade. -

----- Presidente da Câmara: Disse que eram de inteira justiça estes incentivos, que não provocaria um surto de novos ingressos, mas que podem servir de estímulo já que cada vez mais se precisa de pessoas ao serviço das instituições. -----

----- José Augusto Sousa: Congratulou-se com conjunto de benefícios, considerando assunto há muito reivindicado pelos bombeiros. Disse que a Câmara deverá assumir outras iniciativas, nas áreas do apoio à saúde e do apoio operacional, a fim de promover o voluntariado. -----

----- Falou da necessidade de alteração dos regulamentos municipais e do comprometimento do PSD em votá-los favoravelmente. -----

----- João Paulo Alves: Manifestou satisfação pela proposta e solicitou esclarecimento se a competência da definição das regras de participação dos voluntários pertence ao Comando ou à Direção. -----

----- Daniel Cerqueira: Em representação do Grupo Municipal do PS elogiou a proposta apresentada, não tanto na esperança de angariar novos Bombeiros mas na necessidade de manter e acarinhar o atual corpo de bombeiros. Considerou uma boa articulação entre a Câmara Municipal e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura. -----

----- Quanto à competência de propor o apoio a essas pessoas disse ser do Comando e não da Direção. -----

----- Vereador Décio Guerreiro: Enquanto Vereador disse já ter louvado a autarquia pela iniciativa. Ressaltou a sua posição por entender ser do Comando a competência de indicar os elementos que beneficiarão do pacote de incentivos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Vereador Tiago Cunha: Falou que na análise da presente proposta têm-se perdido numa discussão acessória e se a lerem atentamente as dúvidas são facilmente esclarecidas. -----

----- Que a proposta resultou de reuniões com os corpos sociais e que haverá articulação entre o Comando e a Direção para ser comunicado à Câmara Municipal os beneficiários da proposta. -----

----- Em relação à alteração dos regulamentos, referiu que do ponto de vista jurídico este tipo de alteração desde que emanada pelo órgão com competências para isso é perfeitamente válida e que é submetida à Assembleia pela questão de validade legal. -----

----- José Augusto Sousa: Lembrou que a alteração dos regulamentos carece de discussão pública, falando apenas do aspeto formal. -----

----- Disse votar a favor. -----

----- Este ponto, depois de submetido à votação, foi aprovado, por unanimidade. -----

----- Foi ainda aprovado em minuta, também por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

### – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Ponto n.º 7 – Intervenção do público. -----

----- Não houve intervenções. -----

### = ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e pela Secretária. -----

*Handwritten signatures:*  
[Signature]  
[Signature]  
Rupacefs







## **Moção Assembleia Municipal Concelho Paredes de Coura**

### **“Recusa da implantação da linha de muito alta tensão ”**


#### **Considerando que:**

**1)** Está em consulta pública o estudo de impacto ambiental do “Eixo da RNT entre Vila do Conde, Vila Fria B e a Rede Elétrica de Espanha, a 400Kv”;

**2)** está em causa <sup>a</sup> construção de uma linha elétrica de 400 KV desde Fontefria, em território galego (Espanha), até à fronteira portuguesa, com o seu prolongamento à rede eléctrica nacional, no âmbito da Rede Nacional de Transporte (RNT), operada pela empresa Rede Elétrica Nacional (REN);

**3)** o Estudo de Impacto Ambiental prevê a possibilidade da passagem desta linha através de oito dos dez concelhos do distrito de Viana do Castelo, entre os quais Paredes de Coura;

**4)** que o traçado possível, ainda que numa das alternativas não recomendadas, poderá afetar as freguesias de Insalde, Porreiras, Formariz, Padornelo, Ferreira, Cossourado, Linhares, Rubiães, Infesta,



Paredes de Coura, Resende, Vascões, Coura, Agualonga, Cunha, Castanheira e Romarigães do concelho, sempre com grave impacte ao nível da paisagem, afetação de unidades de alojamento turístico, de floresta de produção e infra-estruturas de apoio ao combate de incêndios, do património cultural, ambiente e conservação da natureza, do ordenamento do território e dano na paisagem;

5) que o traçado possível, ainda que numa das alternativas não recomendadas, poderá afetar no concelho de Paredes de Coura zonas humanizadas, áreas residenciais, perpassando aldeias inteiras e, com isso, aproximando-se muito da população;

6) que, apesar da Organização Mundial de Saúde não considerar como provado que a exposição dos tecidos humanos aos Campos Electromagnéticos possa causar cancro ou outras doenças graves, o certo é que também não resulta provado que a exposição aos campos eletromagnéticos não cause ou potencie o desenvolvimento de doenças ou prejudique severamente a saúde pública;

7) que é prioritária a necessidade de salvaguardar as populações de qualquer risco – ainda que potencial – para a sua saúde pública, facto que, relativamente à implantação das redes de muito alta tensão resulta do principio da precaução previsto na legislação comunitária e já transposto para o ordenamento jurídico português;

**Também decidiu que, no âmbito do procedimento de consulta pública, seja dado conhecimento da presente moção à Agência Portuguesa do Ambiente.**

1. *Rebeca*  
 2. *Rebeca*  
 3. *Rebeca*  
 4. *Rebeca*  
 5. *Rebeca*  
 6. *Rebeca*  
 7. *Rebeca*  
 8. *Rebeca*  
 9. *Rebeca*  
 10. *Rebeca*  
 11. *Rebeca*  
 12. *Rebeca*  
 13. *Rebeca*  
 14. *Rebeca*  
 15. *Rebeca*  
 16. *Rebeca*  
 17. *Rebeca*  
 18. *Rebeca*  
 19. *Rebeca*  
 20. *Rebeca*  
 21. *Rebeca*  
 22. *Rebeca*  
 23. *Rebeca*  
 24. *Rebeca*  
 25. *Rebeca*  
 26. *Rebeca*  
 27. *Rebeca*  
 28. *Rebeca*  
 29. *Rebeca*  
 30. *Rebeca*  
 31. *Rebeca*  
 32. *Rebeca*  
 33. *Rebeca*  
 34. *Rebeca*  
 35. *Rebeca*  
 36. *Rebeca*  
 37. *Rebeca*  
 38. *Rebeca*  
 39. *Rebeca*  
 40. *Rebeca*  
 41. *Rebeca*  
 42. *Rebeca*  
 43. *Rebeca*  
 44. *Rebeca*  
 45. *Rebeca*  
 46. *Rebeca*  
 47. *Rebeca*  
 48. *Rebeca*  
 49. *Rebeca*  
 50. *Rebeca*  
 51. *Rebeca*  
 52. *Rebeca*  
 53. *Rebeca*  
 54. *Rebeca*  
 55. *Rebeca*  
 56. *Rebeca*  
 57. *Rebeca*  
 58. *Rebeca*  
 59. *Rebeca*  
 60. *Rebeca*  
 61. *Rebeca*  
 62. *Rebeca*  
 63. *Rebeca*  
 64. *Rebeca*  
 65. *Rebeca*  
 66. *Rebeca*  
 67. *Rebeca*  
 68. *Rebeca*  
 69. *Rebeca*  
 70. *Rebeca*  
 71. *Rebeca*  
 72. *Rebeca*  
 73. *Rebeca*  
 74. *Rebeca*  
 75. *Rebeca*  
 76. *Rebeca*  
 77. *Rebeca*  
 78. *Rebeca*  
 79. *Rebeca*  
 80. *Rebeca*  
 81. *Rebeca*  
 82. *Rebeca*  
 83. *Rebeca*  
 84. *Rebeca*  
 85. *Rebeca*  
 86. *Rebeca*  
 87. *Rebeca*  
 88. *Rebeca*  
 89. *Rebeca*  
 90. *Rebeca*  
 91. *Rebeca*  
 92. *Rebeca*  
 93. *Rebeca*  
 94. *Rebeca*  
 95. *Rebeca*  
 96. *Rebeca*  
 97. *Rebeca*  
 98. *Rebeca*  
 99. *Rebeca*  
 100. *Rebeca*

At (João Paulo de Almeida)

Cláudio Ferreira de Sousa

Dimas Antônio de Fátima Pereira

Antonio Carlos Pinto Fernandes

Mário Sérgio de Fátima

João Paulo de Fátima

Disobediência Zumbado de Fátima

Paulo Roberto de Fátima

João Paulo de Fátima

Luís Carlos de Fátima

André de Fátima

Luís Carlos de Fátima

Luís Carlos de Fátima



GRUPO PSD

Coura

Exmº Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Paredes de

M.  
tho  
Paredes

## Voto de congratulação e de louvor

Investigadora **Angelina Sá Palma**


A Investigadora Angelina Sá Palma licenciou-se em Bioquímica pela Universidade do Algarve em 2001, e em 2007 recebeu o Doutoramento em Bioquímica pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Fez a sua investigação de Doutoramento no Instituto de Tecnologia Química e Biológica da UNL. A sua Tese de Doutoramento teve como objectivo a identificação de biomarcadores para uma doença neurodegenerativa fatal, a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA).

Fez o seu Pós-doutoramento no Reino Unido, no Imperial College London. No seu Pós-Doutoramento a Investigadora esteve envolvida no desenvolvimento de uma nova tecnologia aplicada ao estudo de reconhecimento molecular entre glícidos (açúcares) e proteína, os chamados *glico-microarrays*. A plataforma de *microarrays* que desenvolveu em colaboração com o grupo pioneiro desta tecnologia do Imperial College London (<http://www3.imperial.ac.uk/glycosciences>) é uma das plataformas mais reconhecidas internacionalmente. A aplicação destes *glico-microarrays* a vários sistemas biológicos com importância biomédica, resultou na publicação de trabalhos de impacto elevado em revistas internacionais, e na apresentação de trabalhos em encontros Internacionais nos EUA e no Japão. Destaca-se o estudo dos receptores para o vírus da gripe que causou a pandemia em 2009, o H1N1, cujo o trabalho foi publicado na prestigiada revista Nature Biotechnology.

A sua investigação tem sido financiada através de candidaturas submetidas à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), única entidade pública que financia Investigação Científica em Portugal. Recentemente, ganhou uma posição de Investigador no concurso Internacional lançado pela FCT, para contratar

Q



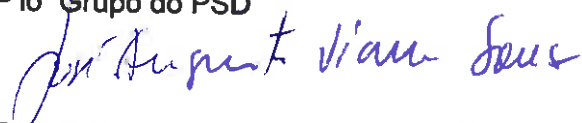


Investigadores de excelência, o chamado Investigador FCT, e está associada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL (FCT-UNL) desde Julho de 2013 (<http://www.ucibio.pt/people/angelinapalma>)

Um dos objectivos da sua investigação tem sido a implementação da tecnologia dos *microarrays* na FCT-UNL, pioneira em Portugal, através de projectos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia dos quais é Investigadora Responsável. Os projectos que desenvolve focam em sistemas de biodegradação enzimática da parede celular vegetal, em interacções patogénio-hospedeiro, sistema imunitário, infecção e cancro. Estes projectos possibilitam a criação da sua própria equipa de Investigação. Para este fim usufrui de importantes colaborações nacionais e internacionais. Numa destas colaborações insere-se a co-orientação de uma estudante de Doutoramento.

Recentemente fez parte da equipa galardoada com o Prémio de Mérito Científico Santander Totta/NOVA, na qualidade de co-Investigadora. O projecto premiado resulta da parceria com a Faculdade de Ciências Médicas, e o Instituto de Medicina e Higiene Tropical da Universidade Nova de Lisboa e visa ao estabelecimento de terapias inovadoras para o tratamento cancro da mama (<http://www.youtube.com/watch?v=OEngp2iX4no&list=PL560FA9CE83424BA5&index=23>) .

P'lo Grupo do PSD



Paredes de Coura, 27 de fevereiro 2014







*Handwritten signature: Paulo Pereira*

## **GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

### **Voto de Louvor**

Destacando-se pela informação de carácter religioso, mormente no que toca ao pulsar do arciprestado courense, o jornal "União de Coura" comemorou no passado mês de Janeiro, cinquenta anos de vida.

Periódico bimestral, com tiragem por edição de 900 exemplares, propriedade da Fábrica da Igreja de São João Batista de Bico, conta com a maioria dos párocos do arciprestado no corpo redatorial, e é dirigido pelo padre Dr. Manuel Moreira.

Reconhecendo o mérito e valor do Jornal "União de Coura", como elemento de ligação entre a comunidade residente e a comunidade emigrante, propomos a aprovação de um voto de louvor a este órgão de informação local, na passagem do seu cinquentenário.

Paredes de Coura, 27 de Fevereiro de 2014

Pelo Grupo Municipal do PS

*Handwritten signature: Eduardo*  
*Handwritten signature: [illegible]*







O encerramento anunciado do tribunal de Paredes de Coura não se alicerça em critérios técnicos transparentes e credíveis, nem tão pouco em referentes nacionais amplamente partilhados. Seria preciso muito mais para justificar um mapa judiciário que não afastasse os cidadãos da justiça.

Como esta reforma não pode ser feita contra os cidadãos e sem a existência de um diálogo cívico, os membros da Assembleia Municipal de Paredes de Coura consideram que a decisão governamental representa uma nítida violação do princípio de acesso à justiça, na medida em que esta passa a ser exercida, em território nacional, na base de uma discriminação negativa, socialmente inaceitável.

Neste sentido, e no reconhecimento do texto constitucional de que a todos é assegurado o acesso ao direito aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, nos termos do artigo 20º, reclamam, também, que todos os cidadãos nacionais tenham as mesmas condições no seu acesso constitucional ao exercício do direito, apelando aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República que a decisão sobre a reorganização do mapa judiciário não seja feita na base de princípios de discriminação cívica e solicitando ao Snr. Presidente da República que formule junto do Tribunal Constitucional o pedido de fiscalização preventiva do referido diploma, nos termos e para os efeitos dos artigos 278º e 279º da Constituição da República Portuguesa.

Paredes de Coura, 27 de fevereiro de 2014

Os abaixo-assinados:

*Handwritten signatures in blue ink:*

- 1. *António*
- 2. *António*
- 3. *António*
- 4. *António*
- 5. *António*
- 6. *António*
- 7. *António*
- 8. *António*
- 9. *António*
- 10. *António*
- 11. *António*
- 12. *António*
- 13. *António*
- 14. *António*
- 15. *António*
- 16. *António*
- 17. *António*
- 18. *António*
- 19. *António*
- 20. *António*
- 21. *António*
- 22. *António*
- 23. *António*
- 24. *António*
- 25. *António*
- 26. *António*
- 27. *António*
- 28. *António*
- 29. *António*
- 30. *António*
- 31. *António*
- 32. *António*
- 33. *António*
- 34. *António*
- 35. *António*
- 36. *António*
- 37. *António*
- 38. *António*
- 39. *António*
- 40. *António*
- 41. *António*
- 42. *António*
- 43. *António*
- 44. *António*
- 45. *António*
- 46. *António*
- 47. *António*
- 48. *António*
- 49. *António*
- 50. *António*
- 51. *António*
- 52. *António*
- 53. *António*
- 54. *António*
- 55. *António*
- 56. *António*
- 57. *António*
- 58. *António*
- 59. *António*
- 60. *António*
- 61. *António*
- 62. *António*
- 63. *António*
- 64. *António*
- 65. *António*
- 66. *António*
- 67. *António*
- 68. *António*
- 69. *António*
- 70. *António*
- 71. *António*
- 72. *António*
- 73. *António*
- 74. *António*
- 75. *António*
- 76. *António*
- 77. *António*
- 78. *António*
- 79. *António*
- 80. *António*
- 81. *António*
- 82. *António*
- 83. *António*
- 84. *António*
- 85. *António*
- 86. *António*
- 87. *António*
- 88. *António*
- 89. *António*
- 90. *António*
- 91. *António*
- 92. *António*
- 93. *António*
- 94. *António*
- 95. *António*
- 96. *António*
- 97. *António*
- 98. *António*
- 99. *António*
- 100. *António*





## **GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA**

### **Declaração de voto**

Embora tendo feito parte da Comissão de Regimento e considerar, do ponto de vista pessoal que a democracia se reforça pela discussão, transparência e partilha de posições, reconheço a legitimidade democrática de quem foi duplamente eleito, ou seja, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (AM), o mais votado diretamente pelos cidadãos e o mais votado pelo plenário da AM.

Assim sendo, e porque o Sr. Presidente da AM entende que o Regimento deve seguir escrupulosamente o normativo das leis enquadradoras, não poderia, em nome da verdade democrática e do respeito pela Lei vigente, assumir posição contrária ao normativo da Lei em vigor na República.

Paredes de Coura, 27 de Fevereiro de 2014

Rosalina Barbosa Martins

